



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS  
PARECER EM SEGUNDO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 35/2017**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 35/2017, que *"Dispõe sobre a criação do Dia da Troca de Livros nas escolas da cidade de Belo Horizonte."*, vem à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, para emissão de parecer em segundo turno, sobre as Emendas nºs 1 a 5 apresentadas.

De autoria da nobre Vereadora Marilda Portela, foi recebido pela presidência desta Casa que fez a devida distribuição e o encaminhamento às Comissões, nos termos do art. 52, do Regimento Interno.

Distribuída em avulsos, a proposição foi encaminhada às Comissões de Legislação e Justiça; Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo; Administração Pública e Orçamento e Finanças Públicas. Em primeiro turno, a tramitação se deu da seguinte forma:

Na Comissão de Legislação e Justiça foi emitido parecer pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.

A Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo emitiu parecer pela aprovação, com apresentação de emendas.

Na Comissão de Administração Pública foi emitido o parecer pela aprovação.

Por fim, na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, votou-se pela aprovação da proposta com apresentação de emenda.

Levado à votação ao Plenário, o projeto foi aprovado em primeiro turno.

Tendo em vista a apresentação das emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5, seguindo a tramitação nesta Casa Legislativa, a proposta retornou às Comissões para a análise em segundo turno das referidas emendas.

Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para análise em segundo turno, foi aprovado parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade



das emendas 1, 2, 3, 4 e 5, com apresentação de subemendas à Emenda 5.

Em seguida, foi examinado em segundo turno, pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo que concluiu o parecer pela aprovação das emendas 1, 2, 3 e 5 e pela rejeição da emenda 4.

Também, direcionado à Comissão de Administração Pública, para exame em segundo turno, o parecer foi concluído pela aprovação das emendas 1, 2, 3, 4 e 5.

Posteriormente, encaminhado à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas para apreciação da matéria, na qual fui designado relator para emitir parecer quanto ao mérito nos termos do 52, III, "b" e "c", do Regimento Interno.

## Fundamentação

A proposição em análise, objetiva instituir o dia 11 de agosto, como o dia da troca de livro entre os estudantes, em todas as escolas de Belo Horizonte.

A Emenda Substitutiva nº 1, de autoria da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, confere nova redação ao art. 5º, do Projeto para dispor que: *"Os livros deverão conter assuntos que reforcem uma perspectiva cidadã, como acesso ao Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto da Juventude e materiais elaborados em consonância com as políticas de promoção e valorização das juventudes."* Neste sentido, retira do texto original a terminologia de que todos os livros deverão ser de boa qualidade, com assuntos positivos e relevantes, sob o argumento de que a qualidade de um livro é relativa e não há métrica capaz de dizer os parâmetros que agradam todas as pessoas.

A Emenda Substitutiva nº 2, de autoria da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, confere nova redação ao art. 5º, do Projeto para dispor que: *"A unidade escolar poderá promover um trabalho pedagógico que abranja todos os alunos, a fim de estimulá-los à prática da leitura e à troca de saberes diversos, articulando com a comunidade, corpo docente e discente."*, altera a redação original para que o texto seja de caráter permissivo e não obrigatório, em atenção à autonomia das escolas na realização dos trabalhos



pedagógicos.

A Emenda Substitutiva nº 3, de autoria da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, confere nova redação ao art. 7º, para determinar que: *"Visando a boa organização, o Grêmio Estudantil ou Coordenação Pedagógica, na falta daquele, estabelecerão os critérios a serem adotados para o momento da troca"*. A modificação possibilita a autonomia das escolas na definição das regras, invés de estipular uma regra de organização, conforme disposto na redação original do Projeto.

A Emenda Supressiva nº 4, de autoria da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, objetiva suprimir o art. 8º do Projeto de Lei 35/2017, uma vez que este impõe ao Executivo a obrigatoriedade em colaborar com 50 (cinquenta) livros para cada unidade pública municipal participante, fato que gera despesas ao erário municipal, além inferir na atribuição administrativa que compete ao Chefe do Executivo.

O Substitutivo-Emenda nº 5, de autoria do Vereador Bruno Miranda, objetiva aperfeiçoar o texto, ao conferir nova redação ao Projeto de Lei 35/2017, de modo a consolidar o disposto pelas Emendas 1 a 3, contudo, não inclui o previsto na Emenda Supressiva 4 e mantém a obrigatoriedade da Secretaria Municipal de Educação em colaborar com 50 (cinquenta) livros para cada unidade pública municipal.

No que refere as Emendas apresentadas, em análise quanto à repercussão financeira, bem como em relação à compatibilidade com o Plano Diretor, Plano Plurianual (PPAG), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei de Orçamento Anual (LOA), observo que essas não apresentam incompatibilidades, tão pouco trazem repercussão financeira para o município.

Neste sentido, no que tange exclusivamente à análise da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, seguindo art. 52, inciso III, "b" e "c", do Regimento Interno, não vislumbro restrições e óbices quanto à disposição da matéria.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Conclusão

Em face do exposto, nos aspectos que compete a esta comissão examinar, opino pela **aprovação** das Emendas 1, 2, 3, 4 e 5 ao Projeto de Lei nº 35/2017.

Belo Horizonte, 12 de Junho de 2023.

Vereador  
**JUNINHO**  
Los Hermanos

Dados:

2023.06.12

09:27:58 -03'00'

Vereador Juninho Los Hermanos

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 12/06/2023 13:04:17 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

#### ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** PL 35-2017 - PARECER SEGUNDO TURNO.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** a692a320d6d3f0dda267cd78e1de47881347d0349d58ebbe4f4b7e32c401bf78  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ BR Assinatura por CN=WAGNER MARIANO JUNIOR:\*\*\*733996\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

#### ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 12/06/2023 12:27:58 UTC

#### ▶ Informações do assinante

#### ▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



## Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

### Parecer em 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 400/2022

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 400/2022, de autoria da nobre vereadora Flávia Borja, que “Dispõe sobre a proteção de consciência e de crença nas instituições religiosas e dá outras providências”, teve a sua aprovação no Plenário, em primeiro turno, em 06/12/2022, com a maioria dos presentes, em votação simbólica.

Dando continuidade, encaminhado inicialmente em 2º turno para a Comissão de Legislação e Justiça, manifestou-se pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas 1, 2 e 3.

Prosseguiu para a Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor que aprovou as emendas 1, 2 e 3.

Na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, a qual eu, vereador José Ferreira, fui designado a relatar o parecer nos termos do art. 52, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa.

#### Fundamentação

As emendas ao Projeto de Lei nº 400/2022 são de autoria da ex-vereadora Bella Gonçalves. Assim, analisarei cada emenda a partir da competência estabelecida para esta Comissão em virtude do artigo 52, III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte de maneira a observar a repercussão financeira das proposições.

A Emenda 1/2022 é supressiva, tendo como objetivo suprimir o artigo 1º da proposição, no qual se lê:



*Art. 1º - Os templos de qualquer culto terão garantida a liberdade para atribuir o uso dos banheiros de suas dependências de acordo com a definição biológica de sexo, pela denominação "masculino" e "feminino" e não pela identidade de gênero.*

Entende-se do artigo em questão que se trata de mera garantia de liberdade aos templos de qualquer culto em estabelecer um critério objetivo e biológico para o uso de banheiros em suas dependências. Assim, fica claro que não há qualquer impacto ou repercussão financeira, na medida em que o que faz o artigo é reconhecer um direito já estabelecido pela Constituição Federal.

Uma vez que não há impacto ou repercussão financeira, não vislumbro motivos para que esta Comissão se manifeste pela aprovação da emenda supressiva – que iria, por óbvio, retirar a parte do texto de que trata –, razão pela qual emito parecer contrário à Emenda 1/2022.

A Emenda 2/2022 é supressiva e trata da retirada do artigo 2º do Projeto de Lei em questão. O artigo 2º lê o que se segue:

*Art. 2º — O disposto nesta lei também se aplica às escolas confessionais e instituições mantidas por entidades religiosas, bem como aos eventos e atividades por elas realizados, ainda que fora de suas dependências.*

Da mesma forma como o artigo 1º, o artigo 2º serve para assegurar um direito. No caso em específico, previu-se a extensão do disposto no Projeto de Lei a outros ambientes, como escolas confessionais mantidas por entidades religiosas e eventos e atividades por elas realizados.

Tendo o artigo 2º o mesmo condão do artigo anterior, não há como se chegar em outra conclusão que não a previamente constatada: o artigo não apresenta qualquer tipo de impacto financeiro ou orçamentário, na medida em que trata apenas de direitos já reconhecidos pela Constituição Federal. Por essa razão, não observo



motivos cabíveis que justifiquem a supressão do texto proposto, motivo pelo qual opino pela rejeição da Emenda 2/2022.

A Emenda 3/2022 é também supressiva, servindo para retirar do texto da proposição o artigo 3º, no qual se lê:

*Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Vê-se que o artigo 3º trata tão somente da entrada em vigor da Lei, caso esta seja aprovada em 2º turno pelo Plenário da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Tal disposição é, talvez, a mais comum dentre todas as proposições desta Casa, independentemente do conteúdo.

Claramente, não há também, assim como nos casos anteriores, impacto orçamentário ou financeiro algum no artigo 3º, razão pela qual emito parecer pela rejeição da Emenda 3/2022.

Isto posto, parto à conclusão.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, concluo pela **pela rejeição das Emendas 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 400/2022.**

Belo Horizonte, 12 de junho de 2023.

  
**José Ferreira**  
**Vereador**